



Quinta-feira, 12 de agosto de 2021 às 17:44, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

**Nº 3214930: PARECER JURÍDICO NORMATIVO Nº  
05/2021/PGM**

ENTIDADE

Prefeitura Municipal de Palhoça

MUNICÍPIO

Palhoça



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:3214930>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC  
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Parecer Jurídico Normativo nº 05/2021/PGM

---

**PARECER JURÍDICO NORMATIVO Nº 05/2021/PGM**

**Dispõe sobre a possibilidade de concessão de certidão negativa de débitos às unidades que possuem dívidas vinculadas ao terreno.**

1. Considerando a elevada quantidade de processos administrativos que são encaminhados à Procuradoria Geral do Município para parecer em relação à possibilidade de concessão de certidão negativa de débitos aos imóveis multifamiliares que possuem dívidas vinculadas ao terreno.

2. Considerando o disposto no artigo 30, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e;

3. Considerando as atribuições do Procurador Geral do Município e;

4. Resolve-se proceder à orientação jurídico-normativa do artigo 413, da Lei Complementar Municipal nº. 18/2002, conforme disposto no art. 27, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº. 235/2016, nos seguintes termos:

5. A certidão negativa de débitos possui o intuito de fazer prova de quitação e da regularidade de créditos tributários e fiscais referentes ao imóvel ou à pessoa do contribuinte, conforme artigo 413, da Lei Complementar Municipal nº. 18/2002.

6. Em razão do exposto, a certidão negativa de débitos tributários referente ao cadastro imobiliário deve ser emitida sempre que as unidades não possuam débitos vencidos.

7. Caso a unidade não possua débitos vencidos, mas o terreno em que aquela se situa possua dívida, deve-se atentar a duas situações:

7.1 Quando a matrícula imobiliária expedida pelo RI de Palhoça da



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**Parecer Jurídico Normativo nº 05/2021/PGM**

unidade não estiver em nome da pessoa jurídica responsável pela dívida vinculada ao terreno, é devida a emissão da certidão negativa de débitos.

7.2 De outra banda, caso a matrícula imobiliária expedida pelo RI de Palhoça da unidade esteja cadastrada em nome da pessoa jurídica responsável pela dívida do terreno, somente é devida a emissão da certidão negativa de débitos quando a dívida referente ao terreno estiver parcelada e em dia.

7.3 Em ambos os casos não deverá ser emitida guia de ITBI com débitos sobre a unidade.

8. Eventuais dúvidas serão sanadas pela PGM através de parecer em processo administrativo próprio.

9. Encaminhem-se para a Secretaria da Fazenda Municipal para conhecimento e providências.

Salvo melhor juízo, é o nosso parecer.

Palhoça (SC), 11 de agosto de 2021.

**LUCIANO  
DALLA POZZA**

Assinado de forma digital  
por LUCIANO DALLA POZZA  
Dados: 2021.08.12 14:21:57  
-03'00'

**LUCIANO DALLA POZZA**  
Procurador Geral do Município  
OAB/SC 29.416

**MAIARA  
MENDES DE  
SOUZA SILVA**

Assinado de forma digital  
por MAIARA MENDES DE  
SOUZA SILVA  
Dados: 2021.08.11 17:31:32  
-03'00'

**MAIARA MENDES DE SOUZA SILVA**  
Procuradora do Município  
OAB/SC 37.738